

Processo de recuperação territorial na Retomada Kaingang Gãh Ré, Morro Santana, Porto Alegre/RS¹

Eduarda Heineck Fernandes (PPGAS-UFRGS)

Palavras-chave: retomadas de terra, retomada Gãh Ré, Kaingang.

Na noite de 18 de outubro de 2022, uma semana antes do segundo turno mais acirrado das eleições presidenciais contemporâneas, indígenas Kaingang e Xokleng² deram início ao processo de recuperação de seu território ancestral, autodenominado Gãh Ré, no pé do Morro Santana, zona leste de Porto Alegre. Através da guiança dos encantados – os *jãgré*, animais guias – e de sonhos com os antepassados, Iracema Gah Té, *kujà* e cacica da retomada, luta pela preservação de seu do território tradicional, das nascentes (*goj rór*) e para que os mais jovens possam crescer e reproduzir o modo de vida dos *kofá*, os antigos kaingang. A luta de Gah Té é articulada à luta de seus parentes, também em retomada, como na *Konhun Mág*, em Canela, e na Casa do Estudante Indígena (CEI-UFRGS). Fatores conjunturais, como a crescente especulação imobiliária na região, a reintegração de posse que essa mesma coletividade kaingang sofria no Jardim do Verde, área periférica do mesmo Morro Santana, e o drama social experienciado pela polarização das eleições presidenciais de 2022, são elementos que também nos auxiliam a pensar a ação retomada levada a cabo pelos indígenas. As situações etnográficas narradas a seguir demonstram como os Kaingang, através de táticas e estratégicas contingenciais, articulam suas ações a partir de uma gramática própria de autonomia do movimento indígena, ao passo que mobilizam ativamente a etnicidade em diálogo com as instituições. Portanto, mesmo que a ideia de drama social vivenciado durante período eleitoral nos auxilie a pensar a ação retomada, não podemos, neste contexto etnográfico, encarar as eleições ou a política institucional como o fator principal, pois como vocalizado pelos próprios indígenas, não há diferença sobre quem está no poder. A diferença está, justamente, na forma como essa coletividade específica resolveu articular sua luta: guiados pela *kujà* e seus *jãgré*, fortalecidos pelos parentes e, por vezes, articulando tais categorias com as instituições de Estado, para o cumprimento de seus direitos.

¹ Trabalho apresentado na 34a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 23 a 26 de julho de 2024, em Belo Horizonte.

² No começo de 2023, por conta de concepções diferentes, os Xokleng saem da Retomada. Portanto, delimitarei como população interlocutora os Kaingang, em Fernandes (2024), assim como nesse escrito. Dessa forma, os Xokleng aparecem em alusão aos primeiros meses do processo de recuperação territorial.

Histórico da Retomada Gãh Ré

A retomada Gãh Ré leva esse nome em homenagem ao avô de Gah Té, Pedro Joaquim Gãh Ré, que em sonho incentivou sua neta a lutar por novas formas de habitar e proteger o Morro Santana. A relação entre os sonhos da *kujà* e a luta por terra já foi apontada em outros trabalhos (Maréchal, 2017), assim como a mobilização dos laços de parentesco para articulação política (Maréchal, 2017; Alarcon, 2020). Vale ressaltar a importância desses vínculos para a organização sociopolítica na Gãh Ré: quando da ação retomada, parentes kaingang da Por Fi Ga, aldeia em São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre, fretaram uma kombi para fortalecer o momento de entrada na antiga chácara do Grupo Maissonave.

Destaco a trajetória de Gah Té como uma mulher *kujà*, com seus trabalhos de cura e suas *andanças* (Domingos, 2022) por acampamentos e retomadas no Sul do Brasil. Em conversas com a cacica, é comum escutar que antes de retomar o Morro Santana, ela precisava fortalecer as outras retomadas. Os indígenas também contaram com diversos “apoiadores *fóg*” (não indígenas) durante a entrada no território e os primeiros meses de vigília. Muitos destes estão desenvolvendo pesquisas junto aos kaingang, além dos vínculos de amizade e de uma agenda compartilhada de luta por território. Para os Kaingang, a Retomada Gãh Ré está conectada a uma série de outras retomadas, no mesmo sentido em que opera como uma “abertura de caminho” para as gerações mais novas – como contou Angélica Domingos, pesquisadora kaingang e uma das lideranças da CEI-UFRGS, em entrevista concedida para confecção da Nota Técnica (Maréchal *et al.*, 2022).

Kapri, filha de Gah Té, chamou minha atenção quando me referi à noite de 18 de outubro de 2022 como o começo da retomada. “Aqui não começou naquela noite, essa retomada começou há 30 anos. Aquele dia foi o resultado de muita articulação, que em 2010 a gente não conseguiu”, referindo-se a outra tentativa de ocupação do Morro Santana por parte dos Kaingang. Percebe-se, portanto, como Kapri situa estas ações (retomadas) em um longo e histórico processo de resistência, que a partir da memória dos mais velhos, assim como em Alarcon (2019), cria as condições de possibilidades para que os indígenas se organizem e retomem o território esbulhado.

É uma longa história de luta pelo Morro Santana e não tenho pretensão de contá-la por completo. Em 2009, os Kaingang protocolaram junto à Funai um pedido de Identificação, Caracterização e Delimitação de Terra Indígena na área do Morro Santana (Maréchal *et al.*, 2022). Em 2010, com boatos acerca da construção do Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – que detém quase 600 hectares da área total do morro

–, aproximadamente 50 famílias kaingang assentaram-se em parte do terreno da Universidade, reivindicando o local como Terra Indígena tradicional. No fim, o Parque foi construído em outro local, e, mesmo assim, os indígenas sofreram uma reintegração de posse.

O trabalho de Saldanha (2015) acompanhou o acampamento (*wãre*) na UFRGS, que recebeu o nome *Non Gá*, sendo protagonizado por famílias kaingang que viviam no entorno do morro, uma delas a família de Gah Té. Para as lideranças da *Non Gá*, acampar no Morro Santana é um hábito tradicional kaingang – como relembra Gah Té ao me mostrar fotos de seu avô fazendo churrasco em cima do morro. É lá onde estão as ervas e os remédios (*vẽnh-kagta*) que mantêm os corpos kaingang fortes (Maréchal, 2017). É lá onde os umbigos dos antepassados foram enterrados. Onde os umbigos dos filhos e dos netos de Gah Té foram enterrados, com as *fág* (araucárias) plantadas em cima. É lá onde estão os locais sagrados, como o pé da pedreira (*pó mág*) e os olhos d'água, as nascentes (*goj rór*). O *goj rór* preservado pelos Kaingang até hoje, na Gãh Ré, é o mesmo que, frente à emergência climática vivida no Rio Grande do Sul em 2024, quando a maior parte da cidade de Porto Alegre ficou sem acesso à água, abasteceu com água potável os vizinhos de forma gratuita.

Em 2010, as famílias kaingang da *Non Gá* permaneceram quatro meses dentro da área da UFRGS e o despejo foi cumprido após decisão judicial. De acordo com a Justiça, a área retomada já estava cumprindo sua função social – a saber, uma Área de Preservação Permanente (APP) dentro de um terreno da União. Apesar do despejo, a decisão abriu um precedente, que reconhece a importância do Morro Santana para a continuidade dos saberes e das práticas tradicionais kaingang, permitindo aos indígenas acessar o território para a coleta de taquaras, cipós e ervas medicinais (Saldanha, 2015; Maréchal *et al.*, 2022), mas não garantiu o direito de moradia.

Kapri me conta “naquela época, a gente não chamava de retomada, era acampamento, retomada vem depois dos anos 2010. Acampamento faz parecer acampamento do MST, retomada traz a ideia de tomar de volta, inclui a ancestralidade indígena”. Hoje, os Kaingang da Gãh Ré se referem ao acampamento de 2010 como Retomada *Non Gá*. Podemos pensar como a alteração no léxico político também dialoga com uma mudança de conjuntura. Por exemplo, a “falta de articulação” mencionada por Kapri sobre a retomada de 2010, me faz pensar na atuação e no pragmatismo dos Kaingang em 2022. Se em 2010, havia uma justificativa para o uso da área, em 2022 esse discurso seria difícil de colar na opinião pública.

O território reivindicado pelos indígenas da Gãh Ré é uma antiga chácara do falido Banco Maisonnave, que estava sem função social há 40 anos e em vias de ser tomado pela especulação imobiliária para o loteamento de mais um condomínio. Recuperemos brevemente

a história dos crimes ambientais e financeiros que se conectam ao território: a retomada está situada no pé da antiga Pedreira do Azmuz, complexo extrativista-mineral do período da Ditadura Militar, empreendimento que tinha como intuito o calçamento da região central de Porto Alegre – com as rochas alaranjadas de granito Santana –, deixando cicatrizes profundas no ecossistema do morro (Silva, 2023).

No início dos anos 1980, a mineradora de Azmuz foi à falência e o imóvel hipotecado ao Banco Maisonnave, empresa que manteve íntima relação entre mercado financeiro, Ditadura Militar, esbulho de territórios indígenas no Paraná e fraudes no sistema financeiro nacional (Fernandes, 2024). Nos anos 1980, os investimentos dos clientes do banco foram confiscados, evento que ficou conhecido como a *quebradeira* do sistema financeiro nacional. Em 1985, o Banco Maisonnave foi liquidado extrajudicialmente, com a alegação de “crimes contra o sistema financeiro nacional”. A Maisonnave Companhia de Participações, pretensa dona da área retomada, também foi liquidada. Os imóveis do grupo foram hipotecados à União, mas o Banco Central nunca cumpriu a hipoteca (FAG, 2022 *apud* Fernandes, 2024). Dessa forma, o imóvel que seria da União, permaneceu sob posse do Grupo Maisonnave.

Em 2017, o município de Porto Alegre, a mineradora e seu proprietário Azmuz (já falecido) foram condenados ao pagamento de indenização pelos danos ambientais e materiais causados no Morro Santana; também foram obrigados a apresentar um plano de recuperação integral da área, o que nunca foi realizado (Teia dos Povos, 2022). Como cereja do bolo, destaco as possíveis irregularidades no plano de construção do condomínio de luxo com 11 torres no terreno retomado. O local, que também era uma APP, sofreu ajustes da legislação ambiental, tornando-se “área de ocupação intensiva”, autorizando a construção. A empresa que concedeu o laudo de cobertura vegetal é acusada de realizar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) considerado “falso/enganoso/omisso”³ pelo Instituto Geral de Perícias (IGP) no empreendimento da Fazenda do Arado, extremo sul de Porto Alegre, onde indígenas Mbyá-guarani em retomada lutam contra a especulação imobiliária.

Ao mesmo tempo, a família de Gah Té vivia no Jardim do Verde, bairro periférico do morro. Foram nestes bairros (Vila Jari, Safira, Jardim do Verde e Passo Dornelles) que dezenas de famílias kaingang encontraram moradia quando da sua chegada em Porto Alegre nos anos 1980, após expulsão da Terra Indígena Nonoai, por se oporem ao arrendamento de terra. Com

³ Disponível em:

<https://sul21.com.br/noticias/meio-ambiente/2021/10/projeto-na-zona-sul-de-porto-alegre-tem-estudo-de-impacto-ambiental-considerado-falso-e-omisso/>;

<https://www.brasildefatores.com.br/2021/11/11/empresa-responsavel-para-plano-de-mata-atlantica-tem-estudo-considerado-falso-e-omisso>.

a crescente expansão da fronteira imobiliária, a área onde residia a família de Gah Té estava sob ameaça de despejo, em função da construção de mais um grande condomínio na região (Maréchal *et al.*, 2022). Outras coletividades kaingang também têm o Morro Santana como referência quando chegam à capital, como contou Angélica sobre sua chegada da Terra Indígena Votouro. Percebe-se a persistência dos Kaingang em continuar no Morro Santana. Na verdade, eles nunca saíram de lá, mesmo que empurrados para a periferia e impedidos de permanecer no território de sua escolha, como em 2010.



Figura 1 – Simulação do impacto do empreendimento no Morro Santana

Fonte: Teia dos Povos (2022).

É nessa encruzilhada de esbulho e luta, expropriação e retomadas, alianças e antagonismos que surge a Gãh Ré, liderada por uma *kujà* que luta por “*fazer diferente*”, em alusão às práticas políticas das antigas lideranças, em sua maioria masculinas, que arrendam a terra e destroem o meio ambiente. É também no jogo do pragmatismo que os Kaingang situam a ação retomada: eles optaram por disputar um terreno no Morro Santana em que o apelo público à função social da terra fosse transformado em estratégia de luta. Ainda, escolheram taticamente os elementos dessa disputa: de um lado, parentes em retomada e aliados *fóg*, do outro, os *maioneses* – como passamos a chamar os banqueiros –, sobrenome que traz ressentimento aos gaúchos que tiveram seu dinheiro confiscado.

Nesse sentido, a ideia de drama social de Turner (1982), que circunscreve tanto o processo de territorialização quanto o cronograma eleitoral, é mobilizada para fins analíticos, pois possibilita ferramentas para o estudo da ação social realizada pelos Kaingang. Como vimos, os indígenas inserem a ação retomada numa constelação de diversas lutas por terra e território. Quase nunca se referem à política institucional para justificar essas ações, na verdade, quem sempre é lembrado são os encantados (*jãgré*, animais guias dos *kujà*) e os antepassados kaingang. *Grosso modo*, busco no drama social aportes que me auxiliem na narrativa de uma

ação, contingente e situada. O ataque aos povos indígenas do governo Bolsonaro, a polarização das eleições presidenciais, a crescente especulação imobiliária e a escolha precisa pelo local a ser retomado, são considerados como fatores conjunturais e estratégicos. Já a mobilização da etnicidade e dos vínculos de parentesco para a ação política podem ser entendidos como núcleos estruturantes da Gãh Ré (Fernandes, 2024).

“Gãh fĩ kre ag vãnh vãnh”: voltamos filhos da terra

Já era noite quando os Kaingang resolveram “iniciar” a ação retomada. A entrada na chácara foi negociada com o antigo zelador no ato. Na verdade, a ideia era quebrar o cadeado, mas o zelador deixou os indígenas entrarem. Entretanto, quando saiu chamou a polícia, alegando ter sido forçado. Logo da entrada, a fogueira (*gá kri pĩ*) foi acesa, local onde dormimos e comemos durante a primeira noite de vigília. Mesmo que em outro contexto, vale ressaltar a percepção tupinambá sobre a relação retomada-fogo: “a retomada só começa quando acende o fogo” (Alarcon, 2013, p. 112). As irmãs de Gah Té, Luisa, Terezinha e Zulmira, tomaram à frente para garantir nossa segurança, varrendo o chão com ervas que podem ser encontradas no Morro Santana. O ato ritual é o *vëng kupri ag prupru ěg, ã tũ ag*, que para Gah Té simboliza o começo da retomada: “a primeira varrida nas nossas retomadas é sempre com erva”.

Duas mulheres kaingang estenderam faixas na grade de entrada, que demarcava os limites da antiga propriedade privada. O intuito das faixas era situar a ação como uma retomada indígena, dialogando com os vizinhos do bairro e mostrando que os Kaingang estavam ali para cuidar do território e preservar o meio ambiente. Fogo feito, segurança garantida e faixas penduradas, somos convocados à volta do fogo e, ao som dos maracás, os indígenas cantam “*gãh fĩ kre ag vãnh vãnh*” (voltamos filhos da terra).

O mito de origem kaingang afirma que os primeiros do povo, Kamé e Kanherú, vieram do chão, da terra. Assim, a ideia de que os filhos da terra voltaram ao seu território ancestral pode estar em diálogo com a reapropriação por parte dos indígenas de suas terras, re(criando) seu território de pertencimento (Fernandes, 2024). Este ato pode ou não estar relacionado à reivindicação do mito, pois a forma como nos relacionamos com a mitologia é viva, dinâmica e, muitas vezes, contraditória (Quintero, 2015).



Figura 2 – Resistir para cuidar a Mãe Natureza
Fonte: Deriva Jornalismo (2022).

Quando o zelador voltou ao terreno, alegou que a área era propriedade dos Maisonnave e ele era quem cuidava. Gah Té contou que a ocupação foi feita por povos indígenas e pediu que ele voltasse no outro dia para conversar junto do Ministério Público Federal, da Funai e da Justiça Federal, exigindo acessar os direitos específicos reservados às minorias étnicas. O zelador se exalta, chamando todos de “cambada de vagabundo” e “sem vergonha”. A polícia chega no território e, mesmo que os indígenas situem a retomada enquanto fruto da articulação de povos tradicionais, as forças de Estado se concentraram em encontrar “alguém que não seja índio” ou “o pessoal da ONG” – falando sobre os aliados *fóg*.

Apesar da tentativa de diálogo com a comunidade no entorno, começaram a circular no boca-a-boca do bairro e nos grupos de WhatsApp que se tratava de uma “invasão do MST”, que os indígenas eram “massa na manobra” e logo estariam tentando “invadir apartamentos”. A estratégia de tentar apagar a agência indígena é muito comum e, neste caso, estava alimentada pelo drama social das eleições, da polarização e da tentativa de criminalização dos movimentos sociais. Em certo momento, os advogados do Comin (Conselho de Missão entre os Povos Indígenas) chegaram e foi garantido aos indígenas que eles poderiam passar a noite dentro da área retomada.

De lá pra cá, muitas coisas aconteceram. Mutirões de limpeza, roçada para feitiço da horta, construção das casas. Roda de leitura, apresentações de dança tradicional, eco-trilhas em parceria com outros coletivos do Morro Santana, inauguração da escola, que carinhosamente leva o nome de Gah Té. Muita articulação com parentes, vizinhos, movimentos sociais e redes transnacionais de luta pelo meio ambiente. A Retomada já foi palco de muitas celebrações, como duas festas juninas e aniversários, comemoração do 1 ano da Retomada, chás de fralda, 15 anos de Vãnh Fej (neta da cacica e filha do vice-cacique, Karindé). No âmbito jurídico, os indígenas já enfrentaram pedidos de reintegração de posse, audiências de conciliação com os Maisonnave e, nesse sentido, ocuparam a Coordenação Técnica Local (CTL) da Funai em Porto Alegre para demandar a participação da instituição, assim como do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), no processo que tramita na Justiça Federal.

Os Kaingang seguem em mobilização nacional, levando a delegação da Retomada Gãh Ré para o Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, e na Marcha de Mulheres Indígenas chamada pela Anmiga (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade), na qual Gah Té representa a região Sul, através do título “mulher Mata Atlântica” e “mulher Pampa”, os dois biomas presentes no estado do Rio Grande do Sul.

A partir do trabalho de campo, iniciado em outubro de 2022 e ainda em curso, pude perceber algumas das diferentes formas de fazer política dos Kaingang – tanto para dentro da comunidade quanto para fora. Destaco a articulação da etnicidade e da sociabilidade, principalmente através do parentesco, com a organização sociopolítica da Retomada, assim como com o regime da propriedade privada e com as instituições de Estado (Fernandes, 2024). Como sugere Wapichana (2020), é notável a relação de dinâmicas estruturais, como os processos de esbulho e a violência sistemática aos territórios indígenas, com a criatividade e a multiplicidade dos agentes sociais envolvidos nestes processos de resistência.

Convém recuperar que, principalmente em diálogo com órgão estatais, os indígenas articulam esta categoria étnica enquanto instrumento de garantia de direitos e de um *status* específico para com o Estado, assim como para referir-se a uma organização social particular, na linha como argumentam Barth (2011) e Pacheco de Oliveira (1999). Além da exigência de Gah Té em falar apenas com os órgãos específicos (MPF, Funai e Justiça Federal), ao serem interpelados pela polícia sobre “quem é o responsável?” e, posteriormente, “mas tem alguém representando vocês aí, não?”, os indígenas prontamente responderam que “aqui é Kaingang e Xokleng!”, ato explícito de mobilização da etnicidade.

No dia 07 de junho de 2024, fui à Retomada para conversar com Gah Té, parabenizar Vãnh Fej pelo aniversário e conhecer Rodó, filho de Katumé e Oniva. A festa de 15 anos aconteceu no sábado, dia 08, e na sexta-feira pela manhã, os homens estavam trabalhando para pavimentar parte do chão da retomada. Rodrigo, esposo de Kapri, apontou para o chão e disse “também é pro pessoal dormir aqui quando tiver evento”, referindo-se aos encontros da Teia dos Povos em Luta do Rio Grande do Sul, que costumam acontecer na Retomada. A equipe da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) estava no território para conhecer o recém-nascido e conversar com Oniva.



Figura 3 – Preparação e festa de 15 anos de Vãnh Fej
Fonte: Acervo pessoal (2024)

Pedi para conversar com Gah Té e nos sentamos abaixo da goiabeira. Logo fomos interrompidas pela enfermeira da Sesai que queria pegar uma goiaba, mas se deparou com a maioria das frutas verdes. Conteí sobre este *paper* para Gah Té, falando que as discussões do Grupo de Trabalho seriam sobre a atuação indígena frente aos governos de exceção, como o período da Ditadura Militar e o governo Bolsonaro. Então, perguntei para a cacica se ela via alguma relação entre a reintegração de posse no Jardim do Verde e a crescente ofensiva contra os direitos indígenas – lembrando que Sebastião Melo, Prefeito de Porto Alegre, é vinculado

ao bolsonarismo e vem se tornando um ícone da especulação imobiliária na cidade⁴. Gah Té responde que: “pra nós não tem essa coisa não. Não importa quem tá lá, nem de onde é [direita ou esquerda]. Importa mais a pessoa mesmo, que tem uns que a gente coloca o nome pra rezar à noite, como o Olívio Dutra”. “Mas olha, menina, se quiser escrever isso, pode colocar lá que tem relação com o Bolsonaro”. Respondi que seria fiel às suas palavras.



Figura 4 – Gah Té e seu neto, Rodó, enquanto conversávamos
Fonte: Acervo pessoal (2024).

A conversa ficou ressoando na minha cabeça. Me fazendo “patinar” na escrita. Não é a primeira vez que ouço de indígenas que para eles e para os seus territórios “tanto faz” quem está no poder, ou quem detém a caneta – usando a metáfora de Gah Té para falar tanto dos políticos quanto dos antropólogos. Existem muitas pistas e muitos trabalhos que apontam nessa direção, da autonomia do movimento indígena, o que não implica dizer que são essencialmente “contra o Estado”. O curioso é que, mesmo que “não faça diferença”, Gah Té me apoiaria caso eu escrevesse que faz. E isso leva a algumas indagações: ela me apoiaria a escrever nesse

⁴ Disponível em: <https://sul21.com.br/donos-da-cidade/>.

mesmo sentido se eu me referisse ao governo Lula? Quais são os limites e as implicações da ideia de que “não faz diferença”?

Acredito ser importante pontuar algumas nuances. Por exemplo, em 2022, os indígenas buscavam diálogo com a Funai que, à época, estava militarizada e não fazia questão de participar dos autos do processo, quando convocada pelo MPF. Atualmente, a relação da Retomada com o corpo técnico da autarquia é visivelmente diferente. Outra nuance é o próprio entendimento sobre os “agentes de Estado”, pois, pensando no caso da Sesai, a enfermeira, a psicóloga e a assistente social que estavam visitando a Retomada, também podem ser enquadradas nesse guarda-chuva, mas, para os indígenas, essa relação se dá muito mais no sentido de construção de aliados do que de antagonismo. O mesmo pode ser pensado acerca do Ministério Público, que foi um importante aliado em defesa da permanência dos indígenas no território.

Cabe ressaltar que a noção de “Estado” não se refere apenas ao Estado-nação. Nesse caso, o governo do estado do Rio Grande do Sul e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre também são atores que mediam a relação da Retomada com a política institucional, assim como os demais poderes que compõem cada uma das esferas (municipal, estadual e federal). Como vimos, a ação aconteceu dias antes do segundo turno e não surpreendeu os indígenas o fato de que os partidos e os políticos estivessem mais focados na agenda eleitoral. Apenas depois do segundo turno, no final de outubro, os políticos de esquerda começaram a visitar os Kaingang no Morro Santana. Outro ponto interessante é que a própria Gah Té vinha pensando em se candidatar à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, para as eleições municipais de 2024. Entretanto, o assunto ficou em segundo plano depois das inundações ocorridas em Porto Alegre.

Quando conversei com Kapri, uma semana depois, em 18 de junho, ela concordou com sua mãe: “500 anos, Duda, e nenhum deles nunca fez nada. Nos mandavam para beira de estrada e fazíamos os acampamentos, que agora são chamados de retomada”. Ela continua “só retomando mesmo, que a gente aprendeu com as mulheres”. Suponho que essas falas, sobre não ter diferença, sejam especificamente sobre a demarcação dos territórios indígenas, que, ao fim e ao cabo, representa a principal luta do movimento a nível nacional, inclusive sobre o slogan da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) de que “sem demarcação, não há democracia”. E nesse sentido, é difícil conciliar os interesses do agronegócio, da especulação imobiliária, da propriedade privada e das diversas outras frentes de ataque aos territórios tradicionais, com a agenda de preservação do meio ambiente e do modo de vida indígena.

Há, ainda, a questão da “retomada” da Funai e da criação do MPI, que, como apontam alguns jornalistas, está isolado, com déficit de poder e tendo sua Ministra, Sonia Guajajara, sofrendo preconceito de colegas de outras pastas (Martins, 2024). Entretanto, seria injusto não reconhecer a criação do ministério e a nomeação de Joenia Wapichana para presidenta da Funai como uma vitória importante, e simbólica, do movimento indígena.

Considerações finais

Assim, o “fazer” da ação retomada possibilitou, em certa medida, a transformação da experiência vivida pelos Kaingang no Morro Santana. Encarando o drama social como uma ação que vem do passado e que, ao mesmo tempo, estabelece um presente e uma possibilidade de futuro (Cavalcanti, 2007), percebo como processo de territorialização, levado a cabo durante o período eleitoral, é visto como um desejo antigo cultivado pelos Kaingang, podendo ser situado nos sonhos de Gah Té, na retomada *Non Gá* de 2010 e até mesmo na presença histórica da população nas áreas periféricas da região. A recuperação territorial estabeleceu a possibilidade de as gerações mais novas estarem territorializadas, aldeadas, aprendendo o idioma kaingang na escola, seguindo os passos dos antepassados. Um exemplo disso é a felicidade de Kapri e Oniva que, ao saberem que estavam grávidas, ficaram mais felizes ainda, pois seus filhos terão onde crescer e brincar.

Entendo que os indígenas da Gãh Ré se relacionam com os atores estatais a partir de seus próprios interesses, que estão imbricados nas controvérsias presentes no processo de territorialização, da produção de significado aos elementos de conjuntura que constituem tal realidade social (Fernandes, 20204). Como colocado pelos Kaingang, as retomadas atuam no sentido de colocar em prática os ensinamentos dos *kofá*. Mais do que a terra recuperada, retomam-se também os modos de relação com o território. A política das retomadas opera no intuito de “fazer diferente”, como fala Gah Té. Portanto, a potência política da Retomada Gãh Ré se vincula à capacidade de articulação de várias dinâmicas, por vezes conflituosas, sem perder de vista seu horizonte de luta e de preservação do Morro Santana.

Referências

Alarcon, Daniela Fernandes. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro. **RURIS**, v. 7, n. 1, 2013.

Alarcon, Daniela Fernandes. **O retorno da terra**: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. Editora Elefante, 2019.

Alarcon, Daniela Fernandes. **O retorno dos parentes**: mobilização e recuperação territorial entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Barth, Fredrik; **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: Streiff-Fenart, Jocelyne; Poutignat, Philippe. Teorias da etnicidade. São Paulo: Unesp, 2011.

Cavalcanti, Maria Laura Viveiros de Castro. Drama social: notas sobre um tema de Victor Turner. **Cadernos de Campo**, v. 16, n. 16, p. 127-137, 2007.

Domingos, Angélica. “**Êg tigtí jamã kri, êg jamã pê, êg ny ga fi**” entre território e territorialidades originárias: A resistência Kaingang frente às violações dos direitos indígenas no sul do Brasil. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

Fernandes, Eduarda Heineck. **Retomada Gãh Ré**: processos de territorialização e dinâmicas de sociabilidade Kaingang no Morro Santana, Porto Alegre. 2024. Monografia (TCC em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

Maréchal, Clementine, Fernandes, Eduarda Heineck; Brandalise, Guilherme; Rodrigues, Milena; Quintero, Pablo; Magalhães, Alexandre; Silva, Gustavo; Valdez, Ramiro. **Nota Técnica acerca da ancestralidade indígena Kaingang e Xokleng no território denominado Gãh Ré no Morro Santana em Porto Alegre**. 2022.

Maréchal, Clémentine. **Sonhar, curar, lutar**: Colonialidade, xamanismo e cosmopolítica kaingang no Rio Grande do Sul. Curitiba: Editora Primas, 2017.

Martins, Rafael Moro. Isolamento, preconceito e déficit de poder marcam primeiro ano do Ministério dos Povos Indígenas. **Sumaúma**, 3 abr. 2024. Disponível em: <https://sumauma.com/isolamento-preconceito-e-deficit-de-poder-marcam-primeiro-ano-do-ministerio-dos-povos-indigenas/>. Acesso em: 01 julho 2024.

Pacheco de Oliveira, João. **O nosso governo**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero. Brasília, DF: MCT/CNPq, 1998.

Quintero, Pablo. Mito-lógicas del diablo en el Chaco argentino. **Espaço Ameríndio**, v. 9, n.1, 2015.

Saldanha, José Rodrigo Pereira. **Selvagens, barbárie e colonos**: coletivos indígenas kaingang e o choque com a civilização no Sul do Brasil Meridional contemporâneo. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Silva, Luís Gustavo Ruwer. **Por um mundo onde caibam muitos morros**: Reflexões ontológicas desde o Morro Santana, Porto Alegre (RS). 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

Teia dos Povos. Indígenas Kaingang e Xokleng retomada território ancestral no Morro Santana, em Porto Alegre. **Teia dos Povos**, 2022. Disponível em: <https://teiadospovos.org/indigenas-kaingang-e-xokleng-retomam-territorio-ancestral-no-morro-santana-em-porto-alegre/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Turner, Vitor. **From ritual to theatre**: the human seriousness of play. New York: PAJ Publications, 1982.

Wapichana, Eriki. Sociogênese da mobilização étnica ocorrida na comunidade Serra do Truarú (Terra Indígena Serra da Moça, etnorregião Murupú, Boa Vista-RR). **Horizontes Antropológicos**, v. 26, p. 7-31, 2020.